

# Nota Técnica

Número 258  
27 de maio de 2021

**Privatização da Eletrobras: risco  
para a soberania energética do país**

**DI ESE**  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

## Privatização da Eletrobras: risco para a soberania energética do país

A Medida Provisória 1.031, de 23 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a privatização da empresa Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 19 de maio. Para ser convertida em lei, a MP precisa ser aprovada pelo Senado Federal dentro de seu prazo de vigência, que expira em 22 de junho de 2021.

Se a privatização da Eletrobras for aprovada no Senado, o Estado brasileiro perderá o protagonismo no setor de energia elétrica no país, o que trará graves consequências para a sociedade brasileira.

A edição dessa Medida Provisória é mais um movimento em direção à implementação de um programa neoliberal radical no país, iniciado em 2016 pelo governo Michel Temer, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, que vem sendo ampliado e intensificado pelo governo Bolsonaro desde 2019. Essa retomada do processo de privatização de estatais federais encontra-se “envolta por uma névoa ideológica, com base em críticas a um suposto ‘estado-empresário’ e a um hipotético ‘rombo provocado pelas estatais’, entre outras mistificações”.

Entretanto, ao contrário daquilo que é preconizado pela ideologia neoliberal, as empresas estatais brasileiras não apenas têm cumprido importante papel no desenvolvimento do país, como são imprescindíveis para compor um esforço de recuperação e desenvolvimento no momento atual e no pós-pandemia<sup>1</sup>.

Conforme será apresentado nesta Nota Técnica, a proposta de privatização da Eletrobras – não por acaso – coloca o Brasil na contramão da experiência internacional, uma vez que a energia elétrica de fonte hidráulica tem e terá um papel estratégico cada vez maior na matriz elétrica brasileira, no contexto da transição energética. A eventual privatização da empresa também afetará diretamente os consumidores, pois as tarifas de energia, já elevadas, serão ainda mais impactadas. Esses temas serão abordados após uma breve apresentação da empresa e das medidas dos governos Temer e Bolsonaro visando a sua privatização.

---

1 Nota Técnica 253 – “Uma visão Panorâmica das empresas estatais federais e possibilidades de atuação no pós-pandemia.” (DIEESE, 2021)

## A Eletrobras no Sistema Elétrico Brasileiro

A *holding* de economia mista Eletrobras, maior empresa do setor elétrico da América Latina, é responsável por boa parte da interligação do sistema elétrico nacional, controlando aproximadamente 45% das linhas de transmissão. Seu parque gerador, responsável por 30% da geração de eletricidade do país, é composto, sobretudo, por usinas hidrelétricas com grandes reservatórios. No ano de 2019, a geração total de energia elétrica do grupo Eletrobras totalizou 185,0 TWh, dos quais 156,7 TWh (84% do total) eram provenientes de fonte hídrica. Caso a empresa fosse classificada como um país, seria o sétimo maior produtor mundial de hidroeletricidade (oitavo em capacidade instalada – 46,3 GW) e também figuraria na lista dos maiores geradores de energia elétrica do mundo.

Criada em 1962, a Eletrobras permaneceu sob o controle estatal mesmo após as privatizações ocorridas na segunda metade da década de 1990, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização. Na época, foram privatizadas predominantemente empresas de distribuição de energia controladas pelos governos estaduais.

A onda de privatizações realizadas a partir de 1995 levou à concentração do capital, à desnacionalização das empresas atuantes no setor<sup>2</sup>, ao aumento da terceirização e da precarização do trabalho e à elevação das tarifas de energia<sup>3</sup>. Entretanto, apesar de a maior parte das empresas estaduais de distribuição ter sido privatizada à época, o Estado brasileiro mantém até hoje participação importante nos segmentos de geração e transmissão de energia.

A partir de 2016, os ativos que permaneceram sob o controle estatal voltaram a ser alvo do interesse de grupos privados nacionais e estrangeiros, bem como de grandes empresas estatais de energia de outros países. Esse interesse foi motivado pelo alinhamento do governo Michel Temer, que tomou posse em abril de 2016, com a visão

---

2 DIEESE, 2017. Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico. Nota Técnica n. 173, março de 2017.

3 DIEESE, 2010. Terceirização e morte no setor elétrico. Estudos e Pesquisas n. 50, março de 2010.

de estado mínimo e desregulamentação da economia<sup>4</sup>. Essa visão privatista seguiu orientando a política do governo que assumiu após as eleições de 2018.

O principal instrumento da política de privatização, desde 2016, foi o Programa de Parceria do Investimento (PPI) (Lei 13.334/2016), que contempla os setores de energia, aeroportos, rodovias, ferrovias e petróleo. Já o Decreto 8.893/2016 qualificou como prioridade nacional, no setor de energia elétrica, a venda de seis distribuidoras<sup>5</sup> da Eletrobras e a outorga das respectivas concessões.

As tentativas de privatização da Eletrobras, no entanto, foram antecedidas pela adoção, já no terceiro trimestre de 2016, do novo Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para o período 2017-2021, um programa com enfoque em “forte reestruturação empresarial sob a ótica de mercado, com ênfase na redução dos custos de pessoal, como ocorre em diversas empresas privadas do setor elétrico”. O PDNG previa, entre outras ações, a redução de 50% da força de trabalho e medidas como a privatização das empresas de distribuição, o desinvestimento em Sociedades de Propósito Específico, a reestruturação organizacional e um programa de aposentadoria incentivada (DIEESE, 2017 – NT 173).

### **Investimentos**

No período de 2000 a 2020, os investimentos totais realizados pela Eletrobras acumularam R\$ 190,3 bilhões em valores atualizados, resultando em uma média anual de dispêndios de R\$ 9,1 bilhões. Os montantes mais elevados foram registrados entre 2010 e 2016, quando se concentraram 51% dos investimentos, em valores que ultrapassaram a casa dos R\$ 10 bilhões, com destaque para os anos de 2011, 2013 e 2014, em que os investimentos foram superiores a R\$ 15 bilhões. Essa foi uma política deliberada, articulada e planejada para o fortalecimento da estatal, visando à expansão

---

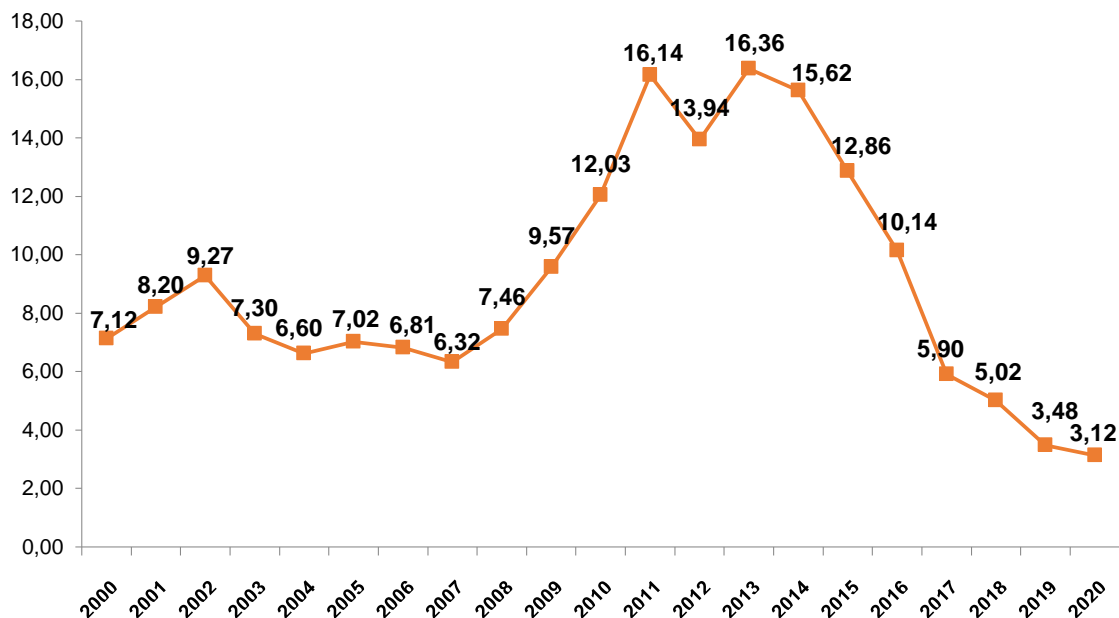
4 DIEESE, 2018. Empresas estatais e desenvolvimento: considerações sobre a atual política de desestatização. Nota Técnica 189, janeiro de 2018.

5 Essas seis distribuidoras, anteriormente estatais estaduais, foram objeto de processos de privatização na década de 1990 e, como não houve interesse do setor privado em adquiri-las, foram então federalizadas. Essas distribuidoras atendem aos consumidores dos estados de Alagoas, Piauí, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas.

da infraestrutura de energia elétrica no país, de modo a sustentar o crescimento econômico e social vivido naquele período, que resultava diretamente no incremento do consumo de energia elétrica.

De fato, os expressivos investimentos realizados pelo grupo Eletrobras viabilizaram esse crescimento, propiciando o acesso de mais domicílios à energia elétrica, que chegou aos lugares mais longínquos e afastados do país. Além disso, os vultosos montantes despendidos tiveram papel relevante no impulsionamento da economia com seus diversos efeitos multiplicadores, fomentando não somente o crescimento econômico nacional, mas também das mais diversas localidades, e gerando milhares de empregos diretos e indiretos em todo o Brasil. A análise da trajetória dos investimentos demonstra tendência de crescimento constante entre 2008 e 2014, e queda a partir de 2015, que se acentuou de forma significativa no período recente, quando a empresa apresentou os mais baixos níveis de investimentos de sua história. Em 2020, o valor investido pela Eletrobras foi de apenas R\$ 3,1 bilhões, o que representou 19% do valor investido pela empresa em 2013.

**GRÁFICO 1- Evolução dos investimentos realizados pela Eletrobras - 2000 a 2020 (em R\$ bilhões) - valores atualizados (IPCA)**



Fonte: Relatórios Anuais da Eletrobras  
Elaboração: DIEESE

Um comparativo entre o investimento realizado e a Receita Operacional Líquida (ROL) revela que, em 2020, a empresa investiu o equivalente a 11% da sua receita, percentual significativamente inferior ao verificado em 2013, por exemplo, quando alcançou expressivos 47%.

Além da queda dos investimentos realizados pela empresa nos últimos anos, os dados analisados demonstram a redução do percentual de execução em relação ao que é orçado, o que indica uma estratégia deliberada de corte de investimentos e de venda de ativos importantes, fruto da nova estratégia de negócios, que visa ao desmonte deliberado da capacidade de investimentos do grupo. A estatal não participou dos últimos leilões para expansão da geração e transmissão de energia no país e não participa atualmente de nenhuma obra de expansão importante.

A observação atenta das demonstrações contábeis do grupo e das manifestações de seus representantes permite constatar que o termo mais recorrentemente utilizado é “desinvestimento”, que se trata de um eufemismo para ocultar o processo de desmonte que a empresa tem sofrido nos últimos anos, com a redução da sua importância não somente no setor elétrico, mas em toda a economia brasileira. O exame dos diversos Planos Diretores de Negócio e Gestão (PDNG) da Eletrobras evidencia a intenção de reduzir a relevância do grupo. Nesses planos, apresentados anualmente, registram-se montantes de investimentos cada vez mais baixos, muito inferiores aos que a empresa já havia investido em momentos anteriores de sua história recente. Os valores de investimentos projetados e também realizados nos últimos anos não são condizentes com o papel histórico desempenhado pela Eletrobras no desenvolvimento do país.

Os indicadores econômico-financeiros da Eletrobras, no entanto, não corroboram os argumentos que preconizam que a queda expressiva dos investimentos observada nos últimos anos seja decorrente de eventuais problemas financeiros. Ao contrário, a geração de caixa anual da empresa tem sido significativa, atingindo quase R\$ 15 bilhões, a Receita Operacional Líquida se aproxima dos R\$ 30 bilhões anuais e a relação Dívida Líquida/Ebitda, caiu de 9,5 em 2016 para 1,5 em 2020. Esses indicadores demonstram a recuperação da saúde financeira e aumento, nos últimos anos, da capacidade para realização de investimentos.

No aspecto operacional, ainda segundo os relatórios da empresa, houve um salto de eficiência e de racionalização de custos, além de terem sido concluídos todos os investimentos contratados anteriormente. Esses investimentos realizados foram fundamentais para a garantia de energia nos últimos anos.

Assim, ao contrário de indicar falta de capacidade operacional ou financeira, a queda dos investimentos no período recente é resultado de decisão política das seguidas administrações da empresa, com a intenção deliberada de reduzir o tamanho da estatal e sua relevância para a sociedade brasileira. Desde o governo Temer, o foco das administrações é unicamente a privatização. Os dados apresentados mostram, portanto, que não há qualquer tipo de comprovação empírica que embase o argumento preconizado pelos defensores da privatização de que a empresa não possui capacidade de realização de investimentos. A redução dos investimentos nos últimos anos é fruto de decisão de gestão, que inclusive está referendada em documentos relacionados ao seu planejamento de médio e de longo prazo.

### ***Lucros e dividendos***

Além de possuir indicadores econômico-financeiros robustos, a Eletrobras vem apresentando lucros expressivos nos últimos anos, demonstrando assim ser uma empresa sólida e também rentável. Apenas nos últimos três anos, de 2018 a 2020, o lucro líquido total acumulado pelo grupo foi de R\$ 31 bilhões.

Soma-se à relevância da empresa para a sociedade brasileira em diversas dimensões, sua contribuição para as contas públicas nacionais por meio de repasses de dividendos ao Tesouro Nacional. No período de 2000 a 2020, a Eletrobras repassou para o caixa da União o montante de 19,3 bilhões de reais em dividendos, em valores atualizados pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado. Se privatizada, esses aportes deixarão de ocorrer.

No governo Temer e, principalmente, no governo Bolsonaro, a ampliação de dividendos distribuídos à União em função do aumento dos lucros tem sido prática recorrente, o que tem levado as empresas estatais a adotarem medidas de gestão privada para que o repasse seja mais volumoso. Esse é mais um elemento que contradiz os argumentos defendidos pelos representantes da empresa com vistas à sua privatização:

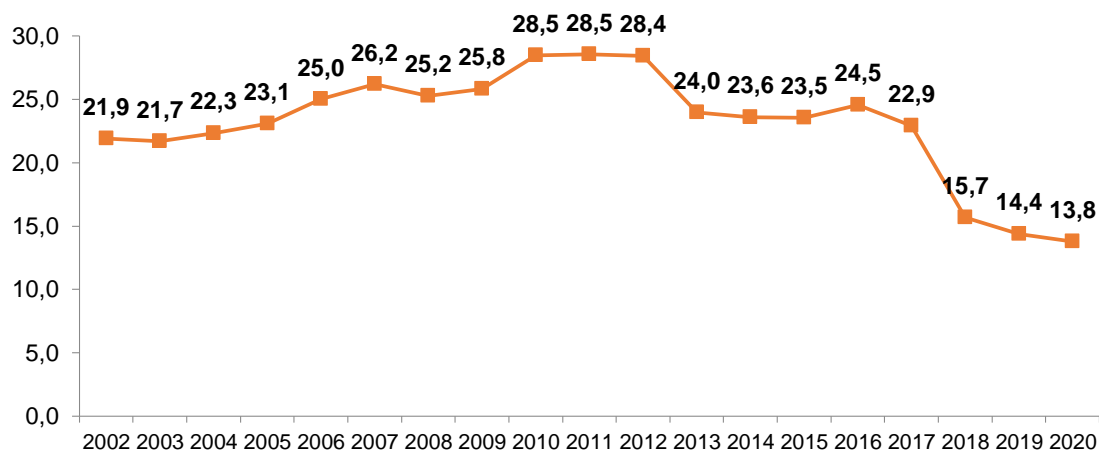
de um lado, afirmam que a empresa não possui recursos para a realização de investimentos e, por outro, destinam os lucros gerados preferencialmente para o pagamento de dividendos expressivos, que consomem importantes recursos do caixa. Esse procedimento inverte a política vigente em períodos anteriores, em que parcela significativa dos lucros era revertida para realização de investimentos pela própria empresa. Para o ano de 2021, a Eletrobras prevê o pagamento de cerca de R\$ 4 bilhões em dividendos, enquanto no ano de 2020, o montante destinado a investimentos foi de apenas R\$ 3,1 bilhões.

### ***Demissões voluntárias e queda drástica no número de empregados***

Entre 2002 e 2011, o número de trabalhadores do grupo Eletrobras cresceu cerca de 30%, passando de 21.904 para 28.544, maior número verificado no período analisado. A partir de então, a força de trabalho da Eletrobras passou a ter reduções contínuas, com a implementação sistemática de planos de demissões e de aposentadorias incentivados.

De 2016 a 2020 houve queda expressiva do número de trabalhadores na empresa, com a eliminação de aproximadamente 10,7 mil empregos, o que reduziu o quadro próprio de trabalhadores da empresa quase pela metade. No último ano, a Eletrobras operou com um contingente de apenas 13.803 trabalhadores.

**GRÁFICO 2 - Evolução do número de trabalhadores, Grupo Eletrobras - 2002 a 2020 (em mil)**



Fonte: Relatórios Anuais da Eletrobras  
Elaboração: DIEESE



## A proposta de privatização da MP 1.031

A MP 1.031, de 23 de fevereiro de 2021, que visa à privatização da Eletrobras, foi editada após frustradas duas outras tentativas realizadas pela via legislativa, ou seja, pela apresentação de projetos de lei ao Congresso Nacional – uma ainda no governo Temer, em 2018, e outra no governo Bolsonaro, em 2019. A MP em questão praticamente reapresenta o conteúdo do último projeto de lei apresentado, cuja tramitação não avançou e cujo conteúdo não foi debatido pela sociedade. Com a iniciativa encaminhada por Medida Provisória, o debate público praticamente não tem ocorrido.

A exposição de motivos, de autoria do Ministério da Economia e do Ministério das Minas e Energia, apoia-se no falso argumento, conforme já demonstrado, da incapacidade de investimento da Eletrobras para atender às necessidades da sociedade brasileira.

O modelo de privatização proposto prevê o aumento de capital social da Eletrobras mediante subscrição pública de ações ordinárias, sem a participação da União na subscrição, de modo que, ao final do processo, a União terá sua participação reduzida e deixará de ser acionista majoritário.

Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da Eletrobras serão renovados por 30 anos, alterando o regime de cotas criado pela Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para o Regime de Produção Independente<sup>6</sup>. Assim, a energia gerada por essas usinas, que é injetada no sistema elétrico brasileiro a preço de custo, regulado pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, passará a ser comercializada livremente pelo setor privado, o que levará ao encarecimento da conta de luz para o consumidor final. Essa operação implica ainda o pagamento à União de um bônus de outorga, cujo montante acrescido de juros também contribuirá para o aumento da tarifa de energia elétrica no país. O governo alega que pretende mitigar esse impacto, destinando 50% do

---

6 Esse “regime de cotas”, definido pela Lei 12.783/2013, garante a alocação de energia de usinas hidrelétricas amortizadas para as distribuidoras de energia dos diversos estados ao custo de operação e manutenção. Metade da energia de fonte hidrelétrica gerada pela Eletrobras é comercializada dessa forma.

bônus à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, responsável pelo custeio de subsídios presente nas tarifas de energia.

A privatização está condicionada à aprovação, pela assembleia geral de acionistas, de reestruturação societária para manter sob controle direto ou indireto da União a Eletronuclear e a Itaipu Binacional. A assembleia deve aprovar ainda alterações no estatuto social, de modo a limitar a 10% a participação individual no capital votante; vedar blocos de acionistas que tenham número de votos superior a 10%; e criar ação preferencial de classe especial – a chamada *golden share* – que dá poder de veto à União, circunscrito aos temas relacionados à própria limitação da participação de acionistas ou blocos de acionistas a 10% do capital votante.

A proposta original prevê ainda a manutenção do Cepel - Centro de Pesquisas em Energia Elétrica por quatro anos após a privatização, além da destinação de R\$ 875 milhões anuais, durante 10 anos, para revitalização das bacias hidrográficas do Rio São Francisco e das áreas de influência dos reservatórios das usinas de Furnas, bem como redução de custos de geração de energia na Amazônia, a partir de projetos de energia renovável e de interligação de localidades isoladas e remotas. A previsão de garantia legal desses aportes por um período de tempo limitado apenas corrobora a importância do controle estatal sobre os ativos em questão.

As emendas aprovadas na Câmara dos Deputados acrescentaram ao texto original dispositivos que determinam a contratação de 6 GW de energia de usinas termelétricas a gás natural; a reserva de parcela do mercado para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na expansão da geração de energia; e a renovação de contratos de usinas de fonte renovável contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

## **A experiência internacional**

Segundo dados do Relatório Anual da Hydropower (Associação Internacional de Energia Hidrelétrica), a capacidade instalada de energia elétrica proveniente de fonte hidráulica totalizou, no mundo, 1.308 GW em 2019, sendo que 68% (886,17 GW)

estavam concentrados em apenas 10 países: China, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Índia, Japão, Rússia, Noruega, Turquia e França.

**TABELA 1 - Capacidade instalada de geração de energia hidráulica  
Países selecionados - 2019 (em GW)**

Países	Capacidade Instalada (GW)	Participação no total da capacidade hidráulica (%)	Participação estatal na capacidade instalada (%)
China	356,40	27,25	100,00
Brasil	109,06	8,34	54,20
Estados Unidos	102,75	7,86	75,00
Canadá	81,39	6,22	87,50
Índia	50,07	3,83	92,44
Japão	49,91	3,82	17,03
Rússia	49,86	3,81	61,37
Noruega	32,67	2,50	90,00
Turquia	28,50	2,18	44,83
França	25,56	1,95	78,60
Subtotal	886,17	67,75	-
<b>Total</b>	<b>1.308,00</b>	<b>100,00</b>	-

Fonte: Hydropower (capacidade instalada); governos, agências reguladoras, empresas etc.  
Elaboração: DIEESE

Em praticamente todos os países que possuem maior capacidade mundial de hidroeletricidade, a participação do setor público é majoritária ou integral, com exceção do Japão, onde predomina a participação privada. Na Turquia, quase metade da capacidade ainda está sob o controle do governo, operada pela maior empresa de energia do país, a estatal EÜAŞ. No Brasil, pode-se classificar o sistema de geração de energia hidráulica como “misto”, dado que a participação do setor público e do setor privado é semelhante, ainda que a das empresas estatais seja superior. No ano de 2019, o grupo Eletrobras - responsável por 42% do total - respondeu, juntamente com as empresas estaduais Copel, Cemig, CEEE-GT e Celesc, por 54% do total da capacidade de hidroeletricidade existente no país.

No caso do Japão, ainda que o setor privado seja preponderante na geração de energia hidráulica, a maior empresa energética do país, a Tokyo Electric Power (Tepco) - nacionalizada em 2012 em função dos impactos do acidente nuclear da Usina de

Fukushima - tem como maior acionista e controlador o governo japonês. Além disso, entre os países líderes em capacidade instalada de geração de energia hidroelétrica, apenas seis possuem mais metade de sua matriz composta por energia hidráulica<sup>7</sup> e em todos eles o controle é exercido pelo setor público, o que demonstra a importância estratégica dessa fonte de energia em todo o mundo.

Nos Estados Unidos e na Índia, ainda que o setor privado possua a maior participação no mercado de geração de energia elétrica, o setor público domina a geração hidráulica. Nos Estados Unidos, 75% da capacidade instalada são de propriedade do setor público, com destaque para a participação do Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos, do Escritório de Reclamação dos Estados Unidos<sup>8</sup> e da Autoridade do Vale do Tennessee de propriedade federal, que, juntas, somam 50% da capacidade total. Na Índia, atualmente, mais de 90% da capacidade instalada existente (46,2 GW) está sob o controle do governo federal ou de governos estaduais.

O setor de transmissão de energia, por sua vez, é controlado pelo Estado na maior parte dos países do mundo, por meio de suas empresas estatais. O exame detalhado das informações indica que o setor é mais concentrado que o segmento de geração. A maioria das nações o considera um setor estratégico, e não são raras as situações em que se trata de um monopólio do setor público, mesmo em nações com dimensões continentais e que possuem extensas redes de transmissão.

## **Estatizações no setor de energia elétrica no mundo**

Em maio de 2020, o Instituto Transnacional (TNI) publicou o estudo *The Future is Public, Towards Democratic Ownership of Public Services*, que apresenta um levantamento de 1.408 casos bem-sucedidos de remunicipalização e de municipalização/criação de serviços públicos em diversos setores de atividade

---

7 Noruega, Brasil e Canadá.

8 Agência federal subordinada ao Departamento do Interior, que supervisiona a gestão de recursos hídricos e opera a maior UHE e também a maior unidade de geração de energia do EUA (Grand Coulee) em termos de capacidade instalada.

econômica, envolvendo 2.400 cidades em 58 países, no período de 2000 a 2019, com destaque para as ocorrências verificadas em países desenvolvidos.

Os casos de remunicipalização totalizaram 924 (66% do total), enquanto os casos de municipalização e/ou de criação de serviços públicos somaram 484 (34% do total). Os países em que houve maior ocorrência foram Alemanha (411), Estados Unidos (230), França (156), Espanha (119) e Reino Unido (110). Juntos, esses cinco países desenvolvidos concentraram 73% dos casos mensurados no mundo.

O setor de energia é o que possui mais casos de remunicipalização, com um total de 374, representando 27% do total, seguido por água (311) e prestação de serviços pelo governo local (223), no qual estão incluídos serviços de habitação, alimentação e manutenção de áreas verdes, entre outros. A observação mais detalhada das informações indica que dos 374 casos verificados na área de energia, 305 (82%) ocorreram na Alemanha, seguido por Espanha (18), Reino Unido (13) e Estados Unidos (11).

Entre as principais justificativas para a retomada dos serviços pelo poder público estão a necessidade de um processo de transição da matriz energética para a energia renovável e que seja acessível à população; o avanço na governança energética, com a democratização do acesso aos serviços de energia, bem como a ampliação da participação e do controle social, por meio, por exemplo, da implantação de conselhos locais ou das próprias empresas, possibilitando maior envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios; a redução de tarifas; o combate à pobreza energética, mediante a viabilização do acesso da população carente aos serviços básicos de fornecimento de energia, o que, em alguns países, impede, inclusive, a morte de milhares de pessoas em função da falta de aquecimento em suas residências no inverno.

## **O papel estratégico do controle estatal da geração e transmissão de energia**

Como se viu a partir da experiência internacional, as questões de soberania e segurança energética, os desafios relacionados à transição energética e as demandas por maior democratização do acesso à energia elétrica ensejam o controle estatal no setor nesse setor. Além disso, a condição de monopólio natural característica da geração hidrelétrica deve compreender o interesse coletivo envolvido na gestão de bacias

hidrográficas, como vazão dos rios, segurança das barragens, preservação ambiental, complementaridade com atividades econômicas como a agricultura, a piscicultura, o turismo etc. No caso da transmissão de energia, também um monopólio natural, é fundamental destacar seu papel na integração e redução de disparidades regionais no acesso à energia elétrica.

Um aspecto da MP 1.031, já mencionado, ajuda a ilustrar a afirmação do parágrafo anterior. Se privatizada, a empresa deverá destinar R\$ 8,75 bilhões, ao longo de 10 anos, para a revitalização das bacias hidrográficas do Rio São Francisco e das áreas de influência dos reservatórios das usinas de Furnas, bem como para a elaboração de projetos de energia renovável e de interligação de localidades isoladas e remotas na Amazônia Legal. Esse dispositivo deixa explícita a importância do papel do Estado e a evidente ausência de “soluções de mercado” para tais questões.

Desse montante, os R\$ 3,5 bilhões destinados à revitalização do Rio São Francisco são considerados insuficientes. Segundo nota técnica da Aesel, estudos indicam que serão necessários ao menos R\$ 12 bilhões só para revitalizar o rio. Apenas uma das revitalizações exigiria, portanto, mais recursos que o previsto pela Medida Provisória para os três projetos.

Além disso, o período de 10 anos em que a empresa - uma vez privatizada - se obrigará a realizar tais aportes é bastante curto quando se considera o horizonte de planejamento do setor elétrico e deve-se perguntar: quem se responsabilizará por essas funções no futuro? No mesmo sentido, a eventual manutenção do Cepel por apenas quatro anos sinaliza o abandono da pesquisa e do desenvolvimento de tecnologia de interesse da sociedade.

## **O papel da Eletrobras estatal na transição energética brasileira**

No momento atual, há um consenso sobre a necessária articulação entre os esforços de recuperação da crise social, econômica e sanitária e as medidas de enfrentamento às mudanças climáticas, que envolvem a descarbonização da economia e a transição para uma matriz energética sustentável.

*A agenda real do setor elétrico no mundo hoje é definida a partir da transição energética, fruto da urgência do enfrentamento da crise climática. No caso desse setor específico, essa transição é sinônimo de descarbonização da matriz de geração de eletricidade, implicando em mudança radical da sua base de recursos naturais, com a retirada do seu pilar tradicional, que são os combustíveis fósseis (BICALHO, 2020).*

O Brasil reúne condições privilegiadas para cumprir essa agenda, seja pelo grande peso da geração hidráulica na sua matriz elétrica, seja pelo potencial de aproveitamento das fontes eólica e solar. Entretanto, em função das limitações de crescimento de oferta de energia de fonte hidráulica, as fontes eólica e solar terão uma participação cada vez maior. Ocorre que a energia dessas fontes renováveis, em expansão, é instável e intermitente, enquanto a energia tradicional (das usinas hidrelétricas) está disponível a qualquer momento, é facilmente despachável e possui um componente inercial que dá estabilidade ao sistema. Outra condição que favorável e estratégica da energia tradicional é a forte interligação da matriz através das linhas de transmissão.

Assim, na transição energética, os reservatórios das usinas hidrelétricas da Eletrobras deverão assumir papel estratégico. Citando estudos do Laboratório Nacional de Energia Renovável dos EUA, FERRAZ afirma que “ ‘o que realmente ajuda é a estocagem hidrelétrica’”, pois os reservatórios “oferecem reservas operacionais, que contribuem para o equilíbrio instantâneo e de curto prazo e, igualmente, fornecem reservas de regularização, para ajustes de médio e longo prazo, em particular, oscilações sazonais”. Para a autora, “discute-se a privatização da empresa mais importante para a segurança de abastecimento do país ignorando-se completamente os desafios da transição energética e seus impactos sobre a tarifa de eletricidade”. E ainda, a proposta de privatização “subestima os ativos da empresa e ignora o valor dos reservatórios como fonte de armazenamento e fonte de flexibilidade, assim como o papel ainda mais estratégico que assumem os ativos de transmissão” (FERRAZ, 2020).

Nesse mesmo sentido, a transição para uma matriz energética descarbonizada, a ser idealmente garantida pela “energia firme” dos grandes reservatórios, exigirá um

pesado programa de investimentos em energia hidrelétrica e principalmente em energia eólica e solar, que possa suplantiar e reverter a tendência de aumento da participação de usinas termelétricas nos próximos anos, conforme previsto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE)<sup>9</sup>. O Brasil possui enorme potencial de geração de energia limpa a partir das fontes eólica e solar que, se aproveitadas, poderão no futuro economizar água dos reservatórios - garantindo seu papel de “bateria” - e, ao mesmo tempo, evitar o acionamento ou mesmo levar ao descomissionamento de usinas termelétricas, que são poluentes, além de muito mais caras. Acresça-se a isso que os grandes reservatórios da Eletrobras podem ser parcialmente utilizados como plataforma para a instalação de usinas solares flutuantes, reduzindo ainda mais o impacto ambiental.

### **Impacto da privatização no aumento das tarifas de energia**

Como se viu anteriormente, a onda de reestatizações de serviços de eletricidade no mundo nos últimos 10 anos teve como um dos motivos a elevação de preços após as privatizações ocorridas a partir de 1980. Na década seguinte, o Brasil iniciaria seu programa de privatizações, que, no setor elétrico, atingiria principalmente as distribuidoras de energia estaduais. O resultado foi o aumento da conta de energia, desde 1995, muito acima da inflação apurada pelo IBGE<sup>10</sup>. Este aumento penalizou sobretudo os mais pobres, conforme se constata a partir da evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)<sup>11</sup>. De 1995 a 2019, enquanto a inflação subiu 458,28%, a inflação da energia elétrica residencial, apurada pelo mesmo indicador, subiu 1.020,09%. O gasto com energia elétrica, que comprometia, em média, 1,3% do orçamento das famílias em 1995, passou a representar 5,08% do gasto mensal em 2020.

A privatização da Eletrobras, caso ocorra, contribuirá para encarecer ainda mais a conta de luz dos brasileiros. Atualmente, pouco mais de 40% de toda a energia gerada pela empresa é proveniente de usinas hidrelétricas cujas concessões foram renovadas no

---

9 Conforme o Plano Decenal de Energia 2030.

10 DIEESE, 2017. Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico. Nota Técnica n. 173, março de 2017.

11 O INPC mede a evolução do custo de vida das famílias com renda de até 5 salários mínimos.



âmbito da Lei 12.783/2013. Uma vez que essas usinas já se encontravam amortizadas, a energia por elas gerada passou a ser alocada em “cotas” para as distribuidoras de energia praticamente pelo custo de operação e manutenção das usinas.

Por isso, essa parcela importante da energia da Eletrobras é a energia de fonte hídrica, com o menor preço entre todas as geradoras brasileiras. Com a privatização, haverá a “descotização” dessas usinas e a energia gerada por elas passará a ser comercializada a um preço muito mais elevado, aumentando o custo de aquisição pelas distribuidoras, que, por sua vez, são autorizadas pelo marco regulatório vigente a repassar todo aumento para o consumidor.

Segundo a nota técnica da Aesel - Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras<sup>12</sup>, essa energia gerada no regime de cotas, incluindo o custo do risco hidrológico, é vendida para as distribuidoras ao custo aproximado de R\$93/MWh. Se privatizada, poderá custar, pelo menos, R\$155/MWh a partir de 2022, o que representará um aumento de 67%. Considerando-se a participação dessa energia no portfólio das distribuidoras, esse aumento provocaria, em média, um impacto de 14% na conta de energia dos consumidores residenciais. Segundo cálculos da nota técnica, a destinação de parte do bônus de outorga para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) não terá efeito relevante na redução do impacto tarifário (Aesel, 2021).

Entidades empresariais também preveem o aumento das tarifas de energia com a privatização. A Associação de Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace) calcula um aumento de 10% na tarifa dos consumidores residenciais e de 20% para os consumidores do setor produtivo que compram energia no mercado livre<sup>13</sup>.

---

12 Privatização da Eletrobras e impactos tarifários para os brasileiros. Nota Técnica n. 7, de 10/05/2021.

13 Conforme matéria do site Canal Energia, de 19/05/2021. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53173547/mp-1031-termicas-podem-custar-r20-bi-ao-consumidor-diz-abrace>

## Considerações Finais

A agenda atual do setor elétrico no mundo é a da transição energética e não a transição para o mercado. A urgência dessa agenda foi acentuada pelos impactos da crise sanitária global e sua implementação no Brasil ficará seriamente comprometida caso o Estado brasileiro abra mão do seu protagonismo no setor de energia elétrica com a eventual privatização da Eletrobras. Em um contexto de elevada incerteza e de mudança tecnológica, o direcionamento do investimento para a transição energética dependerá de escolhas políticas, orientadas pelo interesse público e pelo compromisso com o enfrentamento às mudanças climáticas.

A Eletrobras, além de possuir os ativos de geração e de transmissão mais estratégicos para tornar o Brasil uma referência na transição energética, possui ainda - apesar dos programas recentes de demissão incentivada - corpo técnico qualificado, expertise inquestionável, credibilidade e saúde financeira para liderar esse processo.

Uma eventual privatização da Empresa colocaria o Brasil à margem do esforço global pela transição energética, além de trazer enormes prejuízos para a sociedade brasileira. As soluções apresentadas pela MP 1.031/2021 em relação à revitalização de bacias hidrográficas, desenvolvimento de projetos na Região Norte e pesquisa e desenvolvimento tecnológico têm prazo de validade e são insuficientes, denunciando por si mesmas a perspectiva de abandono futuro dessas ações.

Além disso, sendo o mercado de energia pouco suscetível à concorrência, o controle de parcela significativa do setor por uma empresa estatal cumpre papel estratégico e de interesse público por garantir à sociedade a possibilidade de atuar na formação de preços. Se a empresa for privatizada, a população brasileira perderá essa ferramenta estratégica e será impactada, de imediato, com uma elevação na conta de energia estimada em 14%.

Ao longo da primeira tentativa de privatização da Eletrobras, através de projeto de lei apresentado pelo governo Temer em 2016, as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e a sociedade em geral participaram ativamente dos debates e audiências públicas e o projeto, naquele momento, foi barrado. Já o projeto de lei apresentado pelo governo Bolsonaro teve a tramitação inviabilizada pela pandemia,

restando ao governo a tentativa de evitar, com a edição de uma medida provisória, a participação e a oposição da sociedade à privatização da Eletrobras. Entretanto, as entidades sindicais de trabalhadores do setor e de diversas categorias seguem mobilizadas para barrar mais esse retrocesso.

## Referências bibliográficas

Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (AESEL). **Privatização da Eletrobras e impactos tarifários para os brasileiros**. Brasília: AESEL, 2021 (Nota Técnica n. 7).

BICALHO, Ronaldo. **A modernização do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro. Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, 2020. Disponível em: <https://infopetro.wordpress.com/2020/11/22/a-modernizacao-do-setor-eletrico-brasileiro/>

DIEESE. **Uma visão panorâmica das empresas estatais federais e possibilidades de atuação no pós-pandemia**. São Paulo: DIEESE, 2021. (Nota Técnica, 253).

DIEESE. **Empresas estatais e desenvolvimento: considerações sobre a atual política de desestatização**. São Paulo: DIEESE, 2018. (Nota Técnica, 189).

DIEESE. **Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico brasileiro**. São Paulo: DIEESE, 2017. (Nota Técnica, 173).

DIEESE. **Terceirização e morte no setor elétrico**. São Paulo: DIEESE, 2010. (Estudos e Pesquisas, 50).

ELETROBRAS. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2020**. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/ri/DemonstracoesFinanceiras/Relat%C3%B3rio%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%202020.pdf>

Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2030**. Brasília: EPE, 2021.

FERRAZ, Clarice. **Entendendo as transformações do setor elétrico em transição**. Rio de Janeiro. Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, 2020. Disponível em: <https://infopetro.wordpress.com/2020/11/05/entendendo-as-transformacoes-do-setor-eletrico-em-transicao/>

Hydropower – Hydropower Status Report – 2020 – Disponível em: [https://hydropower-assets.s3.eu-west-2.amazonaws.com/publications-docs/2020\\_hydropower\\_status\\_report.pdf](https://hydropower-assets.s3.eu-west-2.amazonaws.com/publications-docs/2020_hydropower_status_report.pdf)

Lei 12.783/2013.

Medida Provisória n. 1.031, de 23 de fevereiro de 2021.

National Hydropower Association (NHA) – Disponível em: <https://www.hydro.org/waterpower/hydropower/>

National Power Portal – Published reports – disponível em: <https://npp.gov.in/publishedReports>

Transnational National (TNI) – The Future is Public – Disponível em - <https://www.tni.org/en/futureispublic>



**Escritório Nacional**

Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP  
CEP 01209-001  
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199  
www.dieese.org.br

**Presidente** - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente** - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

**Secretário Nacional** - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo** - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo** – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva** - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva** - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva** - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo** - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretor Executivo** - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Diretora Executiva** - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Direção Técnica**

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

**Equipe técnica**

Carlos Machado; Cristina Vieceli; Fabiano Camargo; Fernando Benfica; Vera Gebrim (revisão)